

Projeto de Lei nº 1701, de 2021

Iniciativa: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Ementa:

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 8.212 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o direito da empregada gestante à licença-gestante e ao salário-gestante durante períodos de emergência em saúde pública de importância nacional reconhecida pelo Poder Executivo Federal.

Explicação da Ementa:

Altera a CLT, para garantir, durante os períodos de emergência pública, à empregada grávida, que não possa realizar suas atividades de trabalho à distância, a licença-gestante e o salário-gestante, desde a confirmação da gravidez até o seu término.

Assunto: Política Social - Trabalho e Emprego**Data de Leitura:** 05/05/2021

Em tramitação

Decisão:	-	Último local:	07/08/2023 - Comissão de Assuntos Sociais
Destino:	-	Último estado:	06/05/2024 - MATÉRIA COM A RELATORIA
Relatoria atual:	Relator: Senadora Ana Paula Lobato		

Despacho:

08/05/2023

Decisão da Presidência**Análise - Tramitação sucessiva**

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(SF-CAS) Comissão de Assuntos Sociais

Relatoria:

CAS - (Comissão de Assuntos Sociais)**Relator(es):**

Senadora Ana Paula Lobato

CDH - (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)**Relator(es):**

Senadora Ivete da Silveira (encerrado em 04/08/2023 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

06/05/2024 CAS - Comissão de Assuntos Sociais**Situação:** MATÉRIA COM A RELATORIA**Ação:** Distribuído à Senadora Ana Paula Lobato, para emitir relatório.**07/08/2023** CAS - Comissão de Assuntos Sociais**Situação:** AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR**Ação:** Matéria aguardando distribuição.**04/08/2023** CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

TRAMITAÇÃO

Ação: Encerrada a relatoria da Senadora Ivete da Silveira por deliberação da matéria. À CAS para prosseguimento da tramitação.

04/08/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 51ª Reunião, Extraordinária, realizada no dia 02/08/2023, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto.

Publicado no DSF Páginas 45-51 - DSF nº 133

01/08/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 51ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 02/08/2023.

11/07/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o relatório da Senadora Ivete da Silveira com voto favorável ao Projeto.

22/06/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído à Senadora Ivete da Silveira, para emitir relatório.

17/05/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram apresentadas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição

09/05/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Recebido na CDH.
Prazo para emenda:
primeiro dia: 10/05/2023
último dia: 16/05/2023

09/05/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto terminativo em Comissão (Art. 122, II, "c", do RISF). De 10/05/2023 a 16/05/2023. Perante a CDH.

08/05/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: A matéria vai à CDH e CAS, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, inciso I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento

TRAMITAÇÃO

Interno.

Publicado no DSF Páginas 7-19 - DSF nº 69

21/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

05/05/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação, em 05/05/2021.

Publicado no DSF Páginas 427-432 - DSF nº 65

DOCUMENTOS

PL 1701/2021

Data: 05/05/2021

Autor: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 8.212 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o direito da empregada gestante à licença-gestante e ao salário-gestante durante períodos de emergência em saúde pública de importância nacional reconhecida pelo Poder Executivo Federal.

Avulso inicial da matéria

Data: 05/05/2021

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação, em 05/05/2021.

Descrição/Ementa: -

Relatório Legislativo

Data: 11/07/2023

Autor: Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC)

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o direito da empregada gestante à licença-gestante e ao salário-gestante durante períodos de emergência em saúde pública de de importância nacional.

Listagem ou relatório

Data: 04/08/2023

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 51ª Reunião CDH

DOCUMENTOS

Data: 04/08/2023

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Na 51ª Reunião, Extraordinária, realizada no dia 02/08/2023, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto.

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o direito da empregada gestante à licença-gestante e ao salário-gestante durante períodos de emergência em saúde pública de de importância nacional.